

Bruxelas, XXX
[...] (2021) XXX draft

ANNEXES 1 to 5

ANEXOS

da

Comunicação da Comissão

Orientações relativas aos auxílios estatais a favor das redes de banda larga

ANEXO I - MAPEAMENTO

1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- (1) O anexo descreve as metodologias recomendadas para a realização do exercício de mapeamento destinado a apoiar as intervenções em matéria de auxílios estatais à implantação de redes fixas e móveis.
- (2) O anexo tem por objetivo aumentar a transparência da metodologia de recolha e avaliação de informações sobre a disponibilidade e o desempenho das redes.
- (3) O anexo enumera, para as redes de acesso fixas e para as redes de acesso móveis e fixas sem fios:
 - i. os critérios a utilizar para caracterizar o desempenho das redes, e
 - ii. as informações que as autoridades públicas competentes podem recolher para verificar a exatidão das informações fornecidas, e
 - iii. as informações suplementares sobre as infraestruturas que as autoridades públicas competentes podem solicitar aos operadores em situações específicas, quando tal for devidamente justificado para a realização de uma avaliação aprofundada¹.

2. OBJETIVO E DEFINIÇÕES

- (4) O objetivo do exercício de mapeamento consiste em ter uma representação objetiva do «desempenho atingível» que pode ser obtido em «condições de horas de ponta».
- (5) O «desempenho atingível» deve ser caracterizado, pelo menos, em termos das velocidades de descarregamento e carregamento que podem ser atingidas em condições de horas de ponta.
- (6) As autoridades públicas responsáveis pela intervenção pública podem igualmente identificar outros critérios de desempenho para caracterizar o desempenho das redes em condições de horas de ponta (por exemplo, latência, perda de pacotes, erro de pacotes, instabilidade, disponibilidade do serviço²). Os Estados-Membros podem optar por esta identificação a fim de melhor orientar a intervenção pública para corrigir as deficiências do mercado e assegurar uma mudança radical adequada.
- (7) A hora de ponta é o momento do dia, com a duração normal de uma hora, em que a carga da rede atinge normalmente o seu máximo³. A hora de ponta pode variar consoante os Estados-Membros e as regiões. Por conseguinte, as autoridades

¹ Estas informações podem ser objeto de tratamento confidencial nos termos do direito nacional, se for caso disso.

² Para estes critérios de qualidade, devem ser utilizadas as especificações técnicas fornecidas pelo ORECE: *IP packet error ratio* (taxa de erro de pacotes IP) (Y.1540); *IP packet loss ratio* (taxa de perda de pacotes IP) (Y.1540); *Round-trip IP packet delay* (atraso bidirecional de pacotes IP) (RFC 2681); *IP packet delay variation* (variação de atraso de pacotes IP) (RFC 3393); *IP service availability* (disponibilidade do serviço IP) (Y.1540).

³ CR do ORECE (20) 165.

reguladoras nacionais (ARN) devem ser consultadas para identificar a hora de ponta mais problemática.

- (8) As «condições de horas de ponta» são as condições que se espera que ocorram na rede em «hora de ponta». As condições de horas de ponta adequadas são enumeradas na secção 3.1, no que respeita às redes de acesso fixas, e na secção 4.1, no que respeita às redes de acesso móveis e fixas sem fios.
- (9) O exercício de mapeamento deve ser realizado a nível do endereço com base em «instalações servidas», no que se refere às redes fixas e às redes de acesso fixas sem fios, e a nível do endereço ou com base em quadrículas de 100 x 100 metros⁴, no máximo⁵, no que se refere às redes móveis.
- (10) Entende-se por «instalações servidas» as instalações que podem ser ligadas num curto espaço de tempo à taxa normal de ativação para o utilizador final, independentemente de essas instalações estarem ou não ligadas à rede. Uma parte interessada só pode declarar servidas determinadas instalações se, na sequência de um pedido apresentado por um utilizador final, se comprometer a ligar essas instalações e a ativar o serviço no prazo de quatro semanas a contar da data do pedido, a taxas de instalação normais, ou seja, sem qualquer custo adicional ou excecional e, em qualquer caso, sem exceder a taxa média de ativação no Estado-Membro em causa.
- (11) Ao fornecerem as informações relativas ao desempenho das suas redes, as partes interessadas devem respeitar as mais elevadas normas científicas e profissionais. Em especial, a metodologia e as técnicas utilizadas para efeitos de mapeamento devem resultar de normas profissionais aceites.
- (12) Ao fornecerem os valores relativos ao desempenho, os operadores devem ter em conta qualquer ponto de estrangulamento que os possa impedir de atingir efetivamente o desempenho declarado (por exemplo, a rede intermédia). Se os operadores não confirmarem ter fornecido informações nesta base, os Estados-Membros podem ignorar essas informações.
- (13) No que diz respeito aos métodos alternativos para efetuar o exercício de mapeamento, por exemplo, para as redes fixas com comutação de pacotes, as autoridades públicas podem propor, em alternativa, quando devidamente justificado, usar o fator de utilização de 20 % das ligações com mais carga (pontos de estrangulamento), definido como a taxa média de tráfego dividida pela taxa nominal, na hora de ponta. No caso das redes sem fios e móveis, as autoridades públicas podem propor um método alternativo, por exemplo em termos do cálculo com uma probabilidade de 95 % na margem da célula, ou em termos do cálculo da carga nominal da célula⁶, não inferior a 50 %⁷. Em qualquer caso, independentemente do

⁴ A transmissão dos dados deve ser indicada sob a forma de zonas geográficas (polígonos) (dados matriciais e dados vetorizados).

⁵ Recomenda-se a utilização de quadrículas de menores dimensões (ou seja, 20 x 20 metros).

⁶ Entende-se por «carga da célula» (carregamento da célula) a percentagem média dos recursos de uma estação de base que são utilizados pelos utilizadores finais, no que respeita a um determinado serviço.

⁷ Se a carga da célula resultante for inferior a 50 %, os operadores devem apresentar uma justificação adequada às autoridades públicas competentes.

método utilizado, todos os valores relativos ao desempenho da rede têm de ser fornecidos em termos de «condições de horas de ponta», em conformidade com o disposto no ponto (8).

3. MÉTODO RECOMENDADO PARA O MAPEAMENTO DAS VELOCIDADES DAS REDES DE ACESSO FIXAS

3.1. CRITÉRIOS APLICÁVEIS AO MAPEAMENTO DAS VELOCIDADES DAS REDES DE ACESSO FIXAS

- (14) Para efeitos deste método de mapeamento, os Estados-Membros têm de solicitar às partes interessadas que prestem informações sobre a velocidade fornecida pela sua rede em condições de ponta.
- (15) Entende-se por condições de horas de ponta as situações em que, pelo menos, 20 % dos utilizadores estão ativos e emitem simultaneamente à taxa máxima nominal fornecida pelo operador a cada um deles, tanto a jusante como a montante, o que corresponde à habitual definição de taxa de subscrição em excesso (*oversubscription*)⁸.

3.2. INFORMAÇÕES PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO – BOAS PRÁTICAS

- (16) A fim de limitar os riscos de comportamentos oportunistas das partes interessadas e assegurar que as informações prestadas são suficientes, coerentes e fiáveis, com o intuito de evitar atrasos na prestação de serviços na zona-alvo, as autoridades públicas competentes que realizam o exercício de mapeamento podem decidir exigir que as partes interessadas apresentem informações suplementares sobre as suas redes, para efeitos de verificação.
- (17) As autoridades públicas competentes podem solicitar às partes interessadas que apresentem a descrição completa da metodologia utilizada para calcular o seu desempenho atingível, incluindo, entre outras, as seguintes informações:
 - i. a tecnologia de rede de acesso utilizada (FTTH, FTTB, ADSL, VDSL, VDSL + vetorização DOCSIS.x, etc.), com a especificação completa da norma correspondente;
 - ii. a topologia da rede (por exemplo, P2P ou P2MP), incluindo um gráfico simplificado que reflita a disposição física dos cabos/fibras (por exemplo, uma topologia em árvore numa rede GPON);
 - iii. os pontos de congestionamento na topologia da rede, definidos como os segmentos de rede com maiores ganhos estatísticos de multiplexagem, incluindo informações claras sobre i) o rácio de subscrição em excesso (*oversubscription*) utilizado para dimensionar esse ponto (por exemplo, na rede intermédia) ou ii) o exercício de planeamento da capacidade realizado

⁸ A mesma infraestrutura de rede pode proporcionar níveis de desempenho muito diferentes aos utilizadores finais, dependendo do número de utilizadores que estão a ser multiplexados em pontos de estrangulamento e das suas velocidades nominais. O desempenho depende do número de utilizadores simultaneamente ativos (que aumenta durante as condições de horas de ponta). Este «ganho estatístico de multiplexagem» (mínimo de 20 %, o que significa um nível de atividade de 1:5) exige também que os operadores utilizem modelos de distribuição do tráfego dos utilizadores suficientemente precisos.

para esses pontos de estrangulamento. Em qualquer caso, a autoridade pública pode solicitar uma caracterização estatística da velocidade atingível para um utilizador final (por exemplo, a velocidade média ou típica ou a probabilidade de atingir a velocidade nominal a fornecer ao utilizador final em qualquer momento, com indicação dos pressupostos do modelo de utilizador).

3.3. INFORMAÇÕES PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO APROFUNDADA – BOAS PRÁTICAS

- (18) As autoridades públicas competentes podem decidir exigir que as partes interessadas apresentem informações suplementares sobre os componentes da rede e as respetivas localizações para efeitos de verificação aprofundada, por exemplo, a fim de analisar a metodologia utilizada para calcular o desempenho indicado.
- (19) Por conseguinte, as autoridades públicas competentes podem solicitar às partes interessadas que apresentem informações suplementares sobre a parte do acesso à rede fixa, incluindo, entre outras:
 - i. a localização dos armários e o comprimento da cablagem desde o armário até ao agregado familiar;
 - ii. informações claras relativas ao cálculo do balanço de potência (*link budget*) (por exemplo, sobre a forma como o nível de potência do sinal recebido é convertido em débitos, margens do balanço de potência utilizadas, etc.). As autoridades públicas competentes podem solicitar aos operadores que forneçam todos os balanços de potência utilizados para conceber e dimensionar os serviços da rede, com os respetivos parâmetros essenciais, incluindo a descrição da metodologia seguida pelo operador para elaborar o balanço de potência e a fundamentação.

4. MÉTODO DE MAPEAMENTO RECOMENDADO PARA AS REDES DE ACESSO MÓVEIS E FIXAS SEM FIOS

4.1. CRITÉRIOS APLICÁVEIS AO MAPEAMENTO DO DESEMPENHO DAS REDES DE ACESSO MÓVEIS E FIXAS SEM FIOS

- (20) Para efeitos deste método de mapeamento, o Estado-Membro deve solicitar às partes interessadas que calculem o desempenho da sua rede, tendo em conta os princípios seguintes:
 - i. utilização das boas práticas da indústria⁹, tendo em consideração todos os principais efeitos na propagação do sinal sem fios¹⁰;
 - ii. basear o cálculo numa probabilidade de 95 % de atingir o desempenho

⁹ Consideram-se boas práticas do setor os parâmetros de modelização, as ferramentas, o planeamento e os limites de erro que são comuns no planeamento das empresas e dos sistemas de comunicações sem fios e que podem ser considerados suficientemente fidedignos e corretos pelos peritos neste domínio, caso tenham de verificar a metodologia.

¹⁰ Por exemplo, terrenos, construções e ecos ao efetuar a previsão da potência do sinal recebido.

declarado no limite de cobertura da célula¹¹ e, em qualquer caso, numa probabilidade não inferior a 95 % de o desempenho declarado ser atingido em cada um dos pontos da quadrícula, tendo em conta possíveis variações das condições de propagação devido a efeitos aleatórios, e possíveis variações entre os pontos na zona considerada (ou seja, a nível do endereço ou com base em grelhas de 100 x 100 metros, no máximo);

- iii. assumir condições de horas de ponta da seguinte forma:
 - a. no que respeita às redes móveis, uma carga nominal da célula¹² não inferior a 50 %¹³, ou superior no caso de as condições do tráfego em horas de ponta serem significativamente mais elevadas;
 - b. no caso das redes de acesso fixas sem fios, a carga da célula deve ser calculada utilizando as condições realistas de tráfego em horas de ponta esperadas¹⁴;
- iv. fornecer o desempenho por utilizador final e com base em antenas exteriores. Se uma antena de receção for partilhada por múltiplos utilizadores finais, o desempenho global deve ser considerado como equitativamente partilhado entre os utilizadores finais¹⁵;
- v. fornecer o desempenho por tecnologia e por frequência de funcionamento em caso de cobertura com múltiplas tecnologias¹⁶ e múltiplas frequências¹⁷, tendo em conta a largura de banda efetivamente disponível por frequência. Em caso de utilização de frequências não licenciadas, tal deve ser claramente indicado.

(21) Em conformidade com o disposto no ponto (12), os operadores devem ter em conta, em especial:

¹¹ A «probabilidade no limite de cobertura da célula» é a probabilidade de o desempenho mínimo ser atingido na periferia da zona de cobertura (distância de cobertura máxima indicada na zona em causa). O cálculo deve ser baseado em simulações de propagação realistas, cálculos de balanço de potência e margens suficientes.

¹² Entende-se por «carga da célula», a percentagem média dos recursos de uma estação de base que são utilizados pelos utilizadores finais, no que respeita a um determinado serviço.

¹³ Se a carga resultante na célula for inferior a 50 %, tal deve ser adequadamente justificado às autoridades públicas competentes.

¹⁴ Se não for utilizada uma estimativa do pico de tráfego, deve ser utilizada a carga nominal de 90 % da célula para o acesso fixo sem fios. O aumento da carga da célula para o acesso fixo sem fios (em comparação com as redes móveis) reflete o padrão de utilização diferente esperado, que resulta numa maior concorrência no que respeita à utilização dos recursos partilhados da estação de base em serviço.

¹⁵ No acesso fixo sem fios, pode ser o caso das antenas de telhados partilhadas instaladas em edifícios de habitação multifamiliar.

¹⁶ Tecnologias 3G UMTS e HSPA; tecnologias 4G LTE ou LTE-avanzadas; 5G, tanto a 3GPP, versão 15 [a rede principal da Nova Rádio (NR) não autónoma é 4G] como a NR autónoma (a rede principal é 5G) e outras evoluções – a 3GPP, versão 16, encontra-se em desenvolvimento e incluirá novas especificações para o 5G. A autoridade competente pode (e é recomendado) recolher informações de tecnologias baseadas em 3GPP, de modo a que os níveis da versão 3GPP utilizados possam ser conhecidos, mas a granularidade anterior também é adequada.

¹⁷ Trata-se de separar as bandas de frequências abaixo dos 6 GHz das bandas de frequências de ondas milimétricas de ondas móveis, uma vez que são frequentemente utilizadas para diferentes categorias de serviços.

- i. o tipo¹⁸ de rede intermédia e a sua capacidade para cada estação de base¹⁹;
- ii. no que respeita às redes de acesso fixas sem fios, o número de instalações servidas em cada quadrícula calculada.

4.2. INFORMAÇÕES PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO – BOAS PRÁTICAS

- (22) A fim de limitar os riscos de comportamentos oportunistas das partes interessadas e assegurar que as informações prestadas são suficientes, coerentes e fiáveis, com o intuito de evitar constrangimentos na prestação de serviços na zona-alvo, as autoridades públicas competentes que realizam o exercício de mapeamento podem decidir exigir que as partes interessadas apresentem informações suplementares para efeitos de verificação.
- (23) Por conseguinte, as autoridades públicas competentes podem solicitar às partes interessadas que apresentem a descrição completa da metodologia utilizada para calcular os seus mapas de cobertura, incluindo, entre outros:
 - i. os modelos de propagação e os parâmetros essenciais da simulação de propagação;
 - ii. informações gerais sobre os componentes da rede e, em especial, sobre as antenas (por exemplo, potência de transmissão, MIMO, localização das instalações das antenas);
 - iii. informações essenciais relativas ao cálculo do balanço de potência (por exemplo, a forma como o nível de potência do sinal recebido é convertido em débitos, margens do balanço de potência utilizadas, etc.). As partes interessadas devem fornecer todos os balanços de potência utilizados para conceber e dimensionar os serviços de rede, com os respetivos parâmetros essenciais, incluindo também a descrição da metodologia seguida pela parte interessada para elaborar o balanço de potência e a fundamentação;
 - iv. a localização das instalações das células;
 - v. as características da rede intermédia.

4.3. INFORMAÇÕES PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO APROFUNDADA – BOAS PRÁTICAS

- (24) As autoridades públicas competentes podem decidir exigir que as partes interessadas apresentem informações suplementares sobre os componentes da rede e as respetivas localizações para efeitos de verificação aprofundada, por exemplo, a fim de analisar a metodologia utilizada para calcular o desempenho indicado. Por conseguinte, as autoridades públicas competentes podem solicitar às partes interessadas que apresentem informações suplementares sobre as suas redes, incluindo, entre outras:
 - i. o número de emissores em cada instalação;
 - ii. a distância desses emissores ao solo;
 - iii. o número de setores em cada instalação de células;
 - iv. a tecnologia utilizada nos emissores, incluindo a ordem MIMO, e a largura

¹⁸ Fibra ótica, cabo Ethernet de elevada qualidade em cobre, sem fios, etc.

¹⁹ No caso da ligação por fibra ótica, pode normalmente presumir-se que tal é suficiente.

- de banda disponível do canal;
- v. a potência isotrópica efetiva de transmissão utilizada por cada emissor.

ANEXO II – INTERVENÇÕES PÚBLICAS NÃO ABRANGIDAS PELO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 107.º, N.º 1, DO TFUE

- (1) As secções seguintes apresentam uma panorâmica extensa, mas não exaustiva, de casos em que as presentes orientações não são aplicáveis. Tendo em conta o carácter cumulativo dos critérios enumerados no artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, a presença de auxílio estatal pode ser excluída caso um dos critérios não seja preenchido e, por conseguinte, não é necessário notificar a medida à Comissão antes da sua execução ao abrigo das presentes orientações.

5. AUSÊNCIA DE ATIVIDADE ECONÓMICA

- (2) Os auxílios a atividades que não sejam de natureza económica²⁰, ou seja, que não se destinem à oferta de bens ou serviços no mercado, não são considerados auxílios estatais. Por conseguinte, o financiamento de infraestruturas que não se destinam a ser exploradas comercialmente é, em princípio, excluído do âmbito de aplicação das regras em matéria de auxílios estatais. Trata-se, por exemplo, de casos em que o financiamento público é atribuído à construção de infraestruturas ou à aquisição de serviços de banda larga para satisfazer as necessidades próprias da administração pública, tais como a ligação exclusiva de autoridades públicas entre si através de «redes fechadas» não utilizadas para qualquer exploração comercial²¹. Por conseguinte, o financiamento de tais atividades não é abrangido pelo âmbito de aplicação das regras em matéria de auxílios estatais, tal como, da mesma forma, o financiamento público das «redes fechadas» conexas²².
- (3) No entanto, se a utilização dessa rede (por exemplo, a sua capacidade adicional) for disponibilizada a investidores comerciais ou a outros operadores de banda larga, o financiamento público dessa infraestrutura pode constituir um auxílio estatal. Do mesmo modo, se uma «rede inicialmente fechada» for subsequentemente disponibilizada para fins comerciais, podem aplicar-se as regras em matéria de auxílios estatais²³. Por exemplo, quando as autoridades públicas selecionam um terceiro como fornecedor de serviços de conectividade e financiam a construção de uma rede para responder às necessidades próprias dessas mesmas autoridades públicas, pode considerar-se que existe um auxílio estatal se esse fornecedor utilizar a infraestrutura para outras atividades comerciais.
- (4) Se uma infraestrutura de banda larga for utilizada simultaneamente para atividades económicas e não económicas, o financiamento público será abrangido pelas regras

²⁰ Ver Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («Comunicação sobre a noção de auxílio estatal»), n.º 201 *et seq* (JO C 262 de 19.7.2016, p. 1).

²¹ Ver Decisão C(2007) 2212 final da Comissão, de 30 de maio de 2007, relativa ao processo N 46/07 – Reino Unido – «Welsh Public Sector Network Scheme» (JO C 157 de 10.7.2007, p. 3).

²² Ver Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de dezembro de 2012, *Mitteldeutsche Flughafen e Flughafen Leipzig-Halle/Comissão*, C-288/11 P, EU:C:2012:821, n.º 42; Decisão C(2007) 2212 final da Comissão, de 30 de maio de 2007, relativa ao processo N 46/07 – Reino Unido – «Welsh Public Sector Network Scheme» (JO C 157 de 10.7.2007, p. 3).

²³ Ver Decisão C(2011) 3498 final da Comissão, de 23 de maio de 2011, relativa ao processo SA.31687 (N 436/2010) – Itália – Banda larga em Friuli Venezia Giulia (Projeto Hermes) (JO C 274 de 17.9.2011, p. 3) e Decisão C(2010) 5696 da Comissão, de 11 de agosto de 2010, relativa ao processo N 407/09 – Espanha – Fibra ótica Catalunha (*Xarxa Oberta*) (C 259, 25.9.2010, p. 1).

em matéria de auxílios estatais apenas na medida em que abranger os custos relacionados com as atividades económicas²⁴ em causa. A fim de evitar que seja abrangido pelas regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis às atividades económicas, os Estados-Membros têm de garantir que o financiamento público concedido às atividades não económicas não pode ser utilizado para a subsidiação cruzada das atividades económicas da entidade, por exemplo, assegurando que o operador que utiliza a rede para fins comerciais paga um preço de mercado por essa utilização e limitando o financiamento público ao custo líquido (incluindo o custo do capital) das atividades não económicas, a identificar com base numa clara separação das contas²⁵.

6. AUSÊNCIA DE RECURSOS ESTATAIS/AUSÊNCIA DE SELETIVIDADE

6.1. MEDIDAS NÃO MONETÁRIAS DO LADO DA PROCURA

- (5) Os Estados-Membros podem optar por promover a procura de serviços de banda larga através de medidas não monetárias do lado da procura. Em princípio, as medidas não monetárias do lado da procura não constituem auxílios estatais, podendo assumir várias formas.
- (6) Podem ser medidas destinadas a aumentar o valor percebido do acesso à Internet de banda larga, visando aspetos da procura de banda larga que não o preço. De modo geral, essas medidas visam aumentar a qualidade dos conteúdos disponíveis²⁶ ou informar os consumidores sobre a forma de os utilizar.
- (7) As medidas não monetárias do lado da procura podem também assumir a forma de instrumentos de agregação da procura que podem ser utilizados para reduzir a incerteza acerca da dimensão de um mercado para potenciais fornecedores, para coordenar a procura e para proporcionar maior certeza quanto aos prováveis lucros decorrentes da entrada num mercado específico. Tal pode ser feito, em primeiro lugar, mediante a aferição da procura potencial através da utilização de inquéritos e, em seguida, da apresentação dos resultados dos inquéritos num sítio Web das autoridades públicas acessível ao público. Pode ainda incluir um elemento de aprovação geral dos utilizadores antes da implantação, por exemplo, através de plataformas de serviços, para verificar e agregar um certo nível de procura antes do investimento público ou privado. Os utilizadores podem também ter a possibilidade de se tornarem partes interessadas de um projeto através de modelos de investimento ascendente/de entreajuda, como as cooperativas. Estas informações devem ser disponibilizadas a todos os operadores em condições não discriminatórias. No entanto, se a procura assim agregada for disponibilizada apenas a um operador ou a

²⁴ Ver Decisão C(2010) 5696 da Comissão, de 11 de agosto de 2010, relativa ao processo N 407/09 – Espanha – Fibra ótica Catalunha (Xarxa Oberta) (JO C 259 de 25.9.2010, p. 1). Ver também o ponto 205 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

²⁵ Ver o ponto 206 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal. Os investimentos de capital (e respetivas depreciações) utilizados tanto para atividades não económicas como económicas teriam de ser repartidos entre as duas atividades com base nas chaves de repartição pertinentes.

²⁶ Essas medidas podem incluir i) a promoção de programas da administração pública em linha (por exemplo, telemedicina, *eCare*, ensino à distância, TIC nas escolas), ii) a promoção de conteúdos digitais locais e setoriais (por exemplo, património cultural, turismo, conteúdos educativos, agricultura/produtos alimentares locais, etc.), iii) o reforço da segurança da Internet e da privacidade e a definição de normas de qualidade ou de publicidade.

operadores selecionados – por exemplo, agrupando clientes num único contrato ou incluindo um elemento de compromisso dos utilizadores no sentido de subscreverem um ou alguns operadores –, tal pode resultar num auxílio estatal concedido a esses operadores.

6.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E REGULAMENTARES

- (8) Os Estados-Membros podem optar por vários tipos de medidas para acelerar a implantação de redes de banda larga, incluindo redes 5G, para além de financiarem diretamente as empresas²⁷. Podem, em conformidade com as obrigações legais (ou indo além destas), facilitar, por exemplo, o processo de concessão de direitos de passagem²⁸ e/ou exigir que os operadores de rede partilhem parte da sua infraestrutura. Além disso, em conformidade com as regras regulamentares, os Estados-Membros podem exigir que os operadores tenham acesso a infraestruturas físicas controladas por organismos públicos, capazes de alojar elementos das redes de muito alta velocidade²⁹.
- (9) Os operadores que pretendam implantar redes de muito alta velocidade podem solicitar que as empresas de redes de comunicações eletrónicas, de gás, de eletricidade, de aquecimento e de água que realizem obras de engenharia civil, total ou parcialmente financiadas com recursos públicos, satisfaçam os pedidos razoáveis de coordenação das obras de engenharia civil, desde que tal não implique custos suplementares e não impeça o controlo da coordenação dos trabalhos³⁰. Essa coordenação não constituirá um auxílio estatal, desde que o operador requerente suporte os seus próprios custos e que a oportunidade seja oferecida de forma transparente e não discriminatória a todos os operadores interessados (ou seja, gás, eletricidade, serviços de abastecimento de água, etc.) e não apenas aos operadores de comunicações eletrónicas³¹. No entanto, não se pode excluir que o financiamento

²⁷ Tal como explicado também na Recomendação da Comissão, de 18 de setembro de 2020, relativa a um conjunto de instrumentos comuns a nível da União destinados a reduzir o custo da implantação de redes de capacidade muito elevada e assegurar um acesso ao espetro de radiofrequências 5G atempado e favorável ao investimento, a fim de promover a conectividade e de a colocar ao serviço da retoma económica da crise da União após a crise da COVID-19 [C(2020) 6270 final].

²⁸ A Diretiva Redução dos Custos da Banda Larga [Diretiva 2014/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito (JO L 155 de 23.5.2014, p. 1)], prevê procedimentos de concessão de licenças mais rápidos, mais simples e mais transparentes.

²⁹ De acordo com a Diretiva Redução dos Custos da Banda Larga, os novos edifícios devem ser equipados com infraestruturas físicas de muito alta velocidade (tais como minicondutas) e permitir o acesso à infraestrutura no edifício.

³⁰ As obras de engenharia civil, designadamente a escavação das vias públicas para a instalação da banda larga de alta velocidade, representam 80 % do custo da implantação de redes de alta velocidade.

³¹ Ver Decisão C(2010)889 da Comissão, de 8 de fevereiro de 2010, relativa ao processo N 383/09 – Alemanha – Alteração do auxílio estatal N 150/2008 - Banda larga nas zonas rurais da Saxónia (JO C 93 de 13.4.2010, p. 8). Este processo dizia respeito a uma situação em que as obras de construção civil como, por exemplo, a manutenção de estradas não constituíam um auxílio estatal. As medidas tomadas pelas autoridades alemãs consistiam em obras gerais de engenharia civil que, de qualquer modo, seriam realizadas pelo Estado para efeitos de manutenção. A possibilidade de instalação de condutas e infraestruturas de banda larga aquando de obras de manutenção de estradas — e à custa dos operadores — foi publicamente anunciada, não tendo ficado limitada ou sido dirigida exclusivamente ao setor da banda larga. No entanto, não se pode excluir que o financiamento público dessas obras seja abrangido pela noção de auxílio na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, se se limitarem ou estiverem claramente orientadas para o setor da banda larga.

público dessas obras possa implicar um auxílio estatal, se se limitarem ou estiverem claramente orientadas para o setor da banda larga ou para um ou vários operadores de banda larga selecionados.

- (10) A fim de facilitar o acesso à infraestrutura física existente de forma transparente, os fornecedores de redes de comunicações públicas têm o direito de aceder a informações mínimas, mediante pedido, sobre a localização e o itinerário, o tipo e a utilização atual da infraestrutura, bem como a dispor de um ponto de contacto.
- (11) A Recomendação relativa a um conjunto de instrumentos para a conectividade estabelece orientações para a elaboração de boas práticas destinadas a promover a conectividade, com base na Diretiva Redução dos Custos de Banda Larga e nas disposições do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, com o objetivo de identificar medidas que sejam mais eficientes para permitir e incentivar os operadores a implantarem redes de capacidade muito elevada. Em 25 de março de 2021, a Comissão adotou um conjunto de instrumentos comuns da União para a conectividade³², que consiste num conjunto de boas práticas consideradas as mais eficientes para permitir e incentivar os operadores a implantarem redes de capacidade muito elevada.

7. AUSÊNCIA DE VANTAGEM

7.1. INVESTIMENTOS CONFORMES COM O MERCADO

- (12) Não estão envolvidos auxílios estatais se uma autoridade pública investir no desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em termos comparáveis aos de um investidor privado a operar em condições normais de mercado, em conformidade com o princípio do operador numa economia de mercado³³.
- (13) Segundo a jurisprudência do Tribunal, resulta do princípio da igualdade de tratamento que a disponibilização direta ou indireta de capital a uma empresa pelo Estado, em condições que correspondem às condições normais de mercado, não pode ser considerada um auxílio estatal. Quando as participações no capital ou as injeções de capital por parte de um investidor público não apresentam perspectivas de rentabilidade satisfatórias, mesmo a longo prazo, essa intervenção deve ser considerada um auxílio na aceção do artigo 107.º do TFUE e a sua compatibilidade com o mercado comum deve ser apreciada exclusivamente com base nos critérios estabelecidos nessa disposição³⁴.

³² <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/connectivity-toolbox-member-states-agree-best-practices-boost-timely-deployment-5g-and-fibre>.

³³ Para mais informações, ver a secção 4.2 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal. Importa notar que apenas os benefícios e as obrigações relacionados com o papel do Estado como operador económico, com exclusão dos ligados ao seu papel como autoridade pública, podem ser tidos em conta (por exemplo, se uma intervenção do Estado for motivada por razões de ordem pública, tais como a redução da clivagem digital, o comportamento do Estado, embora racional numa perspetiva de política pública, pode, ao mesmo tempo, incluir considerações que um operador numa economia de mercado não teria habitualmente em conta).

³⁴ Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de março de 1991, processo C-303/88, República da Itália/Comissão, ECLI:EU:C:1991:136, n.ºs 20, 21 e 22.

- (14) A conformidade com as condições de mercado teria de ser estabelecida *ex ante*³⁵, com base nas informações disponíveis no momento em que a intervenção foi decidida (por exemplo, através de um plano de atividades assente em avaliações económicas comparáveis às que, em circunstâncias semelhantes, um operador racional numa economia de mercado teria efetuado para determinar a rentabilidade ou as vantagens económicas da operação). A conformidade de uma operação com as condições de mercado pode ser diretamente determinada através de informações de mercado específicas da operação: quando a operação é efetuada *pari passu* por entidades públicas e operadores privados³⁶, ou quando se refere à venda e compra de ativos, bens e serviços (ou outras operações comparáveis) efetuadas através de procedimentos de concurso competitivos, transparentes, não discriminatórios e incondicionais³⁷. Se a intervenção das autoridades públicas não for *pari passu* com a dos operadores privados ou se a operação não tiver sido realizada através de um concurso público, pode ser possível demonstrar a conformidade da operação com as condições de mercado através de avaliações comparativas³⁸ ou de outros métodos de avaliação³⁹. São aplicáveis considerações específicas para determinar se as condições para empréstimos e garantias estão em conformidade com as condições de mercado⁴⁰.
- (15) No setor da banda larga⁴¹, a Comissão clarificou, na sua prática decisória, que a conformidade de um investimento público com as condições de mercado pode ser

35 As avaliações económicas *ex post* que impliquem uma conclusão, em retrospectiva, de que o investimento efetuado pelo Estado-Membro em causa foi efetivamente rentável não são suficientes.

36 Ver pontos 86, 87 e 88 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal. Para considerar uma operação *pari passu*, devem designadamente ser apreciados os seguintes critérios: a) se a intervenção dos organismos públicos e dos operadores privados é decidida e efetuada simultaneamente ou se houve um lapso de tempo e uma alteração da situação económica entre essas intervenções; b) se os termos e as condições da operação são os mesmos para os organismos públicos e para todos os operadores privados envolvidos, tendo também em conta a possibilidade de aumento ou diminuição do nível de risco ao longo do tempo; c) se a intervenção dos operadores privados tem um impacto económico real e não é meramente simbólica ou marginal; d) se a posição de partida dos organismos públicos e dos operadores privados envolvidos é comparável no que se refere à operação, tendo em conta, por exemplo, a sua exposição económica anterior face às empresas em causa, as possíveis sinergias que podem ser obtidas, em que medida os diferentes investidores suportam custos de transação semelhantes, ou qualquer outra circunstância específica do organismo público ou do operador privado que possa distorcer a comparação.

37 Ver pontos 89 a 96 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

38 Avaliação comparativa em função das condições em que operações comparáveis efetuadas por operadores privados comparáveis tiveram lugar em situações comparáveis. Ver pontos 98, 99 e 100 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

39 Ver pontos 100 a 105 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

40 Ver pontos 108 a 114 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

41 Ver Decisão C(2007) 6072 final da Comissão, de 11 de dezembro de 2007, relativa ao processo C-53/2006 (ex N 262/2005, ex CP 127/2004) – Países Baixos – Citynet Amesterdão (JO L 247 de 16.9.2008, p. 27) e Decisão C(2012)5051 final da Comissão, de 25 de julho de 2012, relativa ao processo SA.33063 – Itália – Trentino NGA (JO C 323, p. 6). No processo «Citynet Amesterdão», a Comissão confirmou que o investimento do município de Amesterdão numa rede de fibra até casa (FTTH - *fibre-to-the home*) não constituiu um auxílio estatal. No processo «Trentino», a Comissão manifestou dúvidas significativas de que o projeto cumpria os critérios para ser considerado conforme com as condições de mercado. O projeto Trentino NGN notificado à Comissão em 2012 dizia respeito a uma parceria público-privada entre a província autónoma de Trento (PAT) e a Telecom Italia (TI) para a implantação de uma rede da próxima geração (NGN), incluindo FTTH, em zonas remotas da província. A província de Trento efetuou uma contribuição em numerário de 50 milhões de EUR, enquanto a TI efetuará contribuições em espécie, incluindo 1) direitos irrevogáveis de utilização das suas infraestruturas passivas (condutas e

demonstrada⁴², por exemplo, se for realizada ao mesmo tempo⁴³, em termos e condições iguais (e, por conseguinte, com o mesmo nível de riscos e benefícios) que uma participação económica significativa de um operador privado (por exemplo, em capital, montante total, parte do custo total), de dimensão e situação comparáveis, a operar em condições normais de uma economia de mercado («participação concomitante»). A análise de concomitância constitui um elemento, mas não necessariamente o único, para demonstrar a inexistência de auxílio estatal. Outros elementos são igualmente relevantes, tais como a existência de um sólido plano de atividades *ex ante* (de preferência, validado por peritos externos) que demonstre que o investimento proporciona uma taxa de rentabilidade adequada para o(s) investidor(es), em consonância com a rentabilidade de mercado normal que seria razoavelmente esperada pelos operadores em projetos semelhantes, tendo em conta o nível de risco e as expectativas futuras (com base num cálculo da taxa interna de rentabilidade do investimento ou no cálculo do valor atual líquido)⁴⁴. Tal como sublinhado na prática decisória, quando participam no projeto investidores privados, constitui condição *sine qua non* que esses investidores assumam o risco comercial associado ao investimento nas mesmas condições que o investidor público, de modo a que o investimento público não seja abrangido pelas regras em matéria de auxílios estatais⁴⁵. O mesmo se aplica a outras formas de auxílio estatal, como os empréstimos bonificados ou as garantias⁴⁶.

postes) e 2) a propriedade de toda a rede de cobre, com vista à migração dos clientes para a nova rede FTTH a implantar. Dois outros acionistas aderiram ao projeto com participações financeiras mais pequenas. Seis anos após a primeira contribuição ou após a ativação de um certo número de linhas na nova rede, a TI poderia decidir exercer uma opção de compra e adquirir a plena propriedade da Trentino NGN. Além disso, a Telecom Italia devia ser nomeada prestador de serviços da Trentino NGN para a construção e exploração da rede e para a prestação de serviços de conectividade. Em especial, a Comissão teve dúvidas sobre se: a) a avaliação das contribuições em espécie da Telecom Italia foi efetuada em condições de mercado e não continha qualquer vantagem oculta para a TI e, em especial, o valor da rede de cobre a abandonar; b) existiam vantagens ocultas nos contratos separados que designaram a TI como prestador de serviços à Trentino NGN e de serviços de conectividade aos utilizadores finais; c) o projeto era efetivamente rentável, tendo em conta a perspectiva de um investidor numa economia de mercado; e d) a opção de compra reconhecida à Telecom Italia não limitava a rentabilidade da PAT a um nível que um investidor privado não teria aceite, dado o nível de risco assumido pela PAT como investidor financeiro no projeto.

42 Ver Decisão C(2007) 6072 final da Comissão, de 11 de dezembro de 2007, relativa ao processo C-53/2006 (ex N 262/2005, ex CP 127/2004) – Países Baixos – Citynet Amsterdão (JO L 247 de 16.9.2008, p. 27).

43 A existência de intervenções consecutivas do Estado relativas ao mesmo projeto de infraestruturas de banda larga pode invalidar a conclusão de que um investidor numa economia de mercado teria tomado uma medida semelhante. A este respeito, ver também o ponto 81 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

44 Para mais informações a este respeito, ver o capítulo 4.2 e, em especial, os pontos 101 a 105 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal. Ver também Decisão C(2012) 3025 final da Comissão, de 8 de maio de 2012, relativa ao processo SA.22668 [C 8/2008 (ex NN 4/2008)] – Espanha – Complexo de estudos cinematográficos Ciudad de la Luz (JO L 85 de 23.3.2013, p. 1) e Decisão C(2012)5051 final da Comissão, de 25 de julho de 2012, relativa ao processo SA.33063 – Itália – Trentino NGA (JO C 323, p. 6).

45 Ver o ponto 17 das Orientações relativas à banda larga, de 2013.

46 Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob forma de garantias, JO C 155 de 20.6.2008, p. 10, e Retificação à comunicação, JO C 244 de 25.9.2008, p. 32.

- (16) A intervenção pública em conformidade com o princípio do operador numa economia de mercado pode ser relevante para várias implantações de redes, especialmente em zonas urbanas/periurbanas, caso exista um interesse económico suficiente que permita um investimento comercial credível dos parceiros privados e públicos em condições normais de mercado. Por exemplo, nas zonas urbanas e nas principais vias de transporte terrestre em que a implantação de redes 5G pode atrair financiamento privado, os Estados-Membros podem considerar em que medida os operadores privados e as entidades públicas poderiam participar num projeto de implantação móvel 5G ou num corredor 5G em conformidade com as condições normais de mercado, caso em que não estariam envolvidos auxílios estatais. Esses projetos podem assumir a forma de uma empresa comum ou de criação de programas de capital próprio ou de fundos⁴⁷ destinados a apoiar os operadores na implantação de redes novas ou na modernização das redes existentes, com o objetivo global de atrair investimentos privados adicionais. Essas medidas não constituem auxílios estatais se forem concebidas em conformidade com as condições normais de mercado.

a. Exploração de infraestruturas de banda larga concedida como serviço de interesse económico geral (SIEG) em conformidade com os critérios Altmark

- (17) Em alguns casos, os Estados-Membros podem considerar que a oferta de uma rede de comunicações eletrónicas deve ser considerada um serviço de interesse económico geral («SIEG»), na aceção do artigo 106.º, n.º 2, do TFUE⁴⁸ e da jurisprudência constante do acórdão Altmark, e proporcionar financiamento público nessa base. Nesse caso, não existe auxílio estatal.
- (18) A compensação pela prestação de serviços de banda larga definidos como SIEG não constitui um auxílio estatal se cumprir as quatro condições cumulativas seguintes (as denominadas condições Altmark)⁴⁹:
- Em primeiro lugar, o projeto de infraestruturas deve ser necessário para a prestação de verdadeiros serviços de interesse económico geral, para cujo fornecimento a empresa beneficiária tenha obrigações de serviço público claramente definidas; no caso da banda larga, tal inclui o cumprimento das condições relativas à definição de SIEG estabelecidas na secção 3 das orientações.
 - Em segundo lugar, os parâmetros com base nos quais é calculada a compensação devem ser previamente estabelecidos de forma objetiva e transparente; no caso da banda larga, a compensação deve ser estabelecida *ex*

⁴⁷ Ver pontos 108 a 114 da Comunicação sobre a noção de auxílio estatal.

⁴⁸ Segundo a jurisprudência, as empresas encarregadas da exploração de serviços de interesse económico geral devem ter sido investidas nessa missão por um ato do poder público. A este respeito, um serviço de interesse económico geral pode ser confiado a um operador através de uma concessão de serviço público; ver acórdão do Tribunal Geral de 13 de junho de 2000, EPAC - Empresa para a Agroalimentação e Cereais, SA/Comissão, processos apensos T-204/97 e T-270/97, ECLI:EU:T:2000:148, n.º 126, e acórdão do Tribunal Geral de 15 de junho de 2005, Fred Olsen, SA/Comissão, T-17/02, ECLI:EU:T:2005:218, n.ºs 186, 188 e 189.

⁴⁹ Ver Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de julho de 2003, Altmark Trans e Regierungspräsidium Magdeburg, C-280/00, EU:C:2003:415, e Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia à compensação concedida pela prestação de serviços de interesse económico geral (JO C 8 de 11.1.2012, p. 4).

ante para cobrir o défice de financiamento esperado durante um determinado período⁵⁰.

- Em terceiro lugar, a compensação não pode ultrapassar o que é necessário para cobrir total ou parcialmente os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público, tendo em conta as receitas obtidas, assim como um lucro razoável pela execução dessas obrigações; no caso da banda larga, a compensação deve limitar-se à prestação de serviços de acesso grossista.
 - Em quarto lugar, quando a empresa a encarregar do cumprimento de obrigações de serviço público não for escolhida através de um processo de concurso público que permita selecionar um candidato capaz de fornecer esses serviços ao menor custo para a coletividade, o nível de compensação deve ser determinado com base numa análise dos custos de uma empresa média bem gerida⁵¹.
- (19) Quando pelo menos um dos critérios acima referidos não estiver preenchido, a intervenção pública constitui um auxílio estatal na aceção do artigo 107.º do TFUE. Nessas situações, o auxílio deve ser analisado à luz das condições de compatibilidade da Decisão SIEG ou do Enquadramento SIEG, tendo em conta as condições específicas recordadas na secção 3 das orientações⁵².

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS GERAIS A FAVOR DOS CONSUMIDORES

- (20) Em determinadas condições, será possível excluir que é concedida uma vantagem às empresas de construção que recebem vales, por exemplo se a medida for concebida como uma medida administrativa geral. Tal pode ser o caso em situações em que o Estado-Membro oferece vales a consumidores individuais que não exercem qualquer atividade económica para obras gerais de engenharia civil, por exemplo para assegurar a aptidão de novas construções e/ou edifícios para tecnologias inteligentes. Neste caso, para excluir a presença de auxílios estatais, os vales devem ser oferecidos aos utilizadores finais para utilização em obras de carácter geral para todos os serviços de utilidade pública (que podem incluir, entre outros, eletricidade, gás, água, instalação de cabos em edifícios). Os utilizadores finais devem ter a liberdade de seleccionar a empresa de construção para as obras de carácter geral e de se ligar a qualquer operador de serviços públicos (incluindo os operadores de comunicações eletrónicas) que ofereça serviços às instalações. A possibilidade de beneficiar dos

⁵⁰ Ver Decisão C(2016) 7005 final da Comissão, de 7 de novembro de 2016, relativa ao processo SA.37183 (2015/NN) – França – Programa nacional para a banda larga de muito alta velocidade («Plan France Très Haut Débit») (JO C 68 de 3.3.2017, p. 1).

⁵¹ Em alguns dos seus processos relativos à banda larga, a Comissão reconheceu a inexistência de auxílios estatais devido ao cumprimento dos critérios Altmark – por exemplo, na Decisão C(2004) 4343 final da Comissão, de 16 de novembro de 2004, relativa ao processo N381/2004 – França – Projeto de rede de telecomunicações de alta velocidade dos Pirenéus Atlânticos («Projet de réseau de télécommunication haut débit des Pyrénées Atlantiques») (JO C 162 de 2.7.2005, p. 5), na Decisão C(2009) 7426 final da Comissão, de 30 de setembro de 2009, relativa ao processo SA.21630 (N 331/2008) – França – Rede de muito alta velocidade na região de Hauts-de-Seine («Réseau à très haut débit en Hauts-de-Seine») (JO C 256 de 23.9.2010, p. 1), e na Decisão C(2016)7005 final da Comissão de 7 de novembro de 2016, relativa ao processo SA.37183 (2015/NN) – França – Programa nacional para a banda larga de muito alta velocidade («Plan France Très Haut Débit») (JO C 68 de 3.3.2017, p. 1).

⁵² Nesses casos, as medidas teriam de ser concebidas em conformidade com a Decisão SIEG ou com o Enquadramento SIEG, tendo em conta as condições específicas enumeradas na secção 3 das presentes orientações, ou poderiam eventualmente ser concebidas em conformidade com as condições Altmark.

vales deve ser oferecida de forma transparente e não discriminatória a todos os operadores interessados (não limitados ou orientados para os operadores de comunicações eletrónicas, mas abertos a todos os serviços de utilidade pública relevantes, como a eletricidade, o gás, a água, etc.).

8. AUSÊNCIA DE EFEITOS SOBRE AS TROCAS COMERCIAIS ENTRE OS ESTADOS-MEMBROS E DE DISTORÇÃO DA CONCORRÊNCIA

- (21) Nos casos abrangidos pelo Regulamento *de minimis*⁵³ com montantes muito reduzidos de apoio público ou pelo Regulamento *de minimis* em matéria de SIEG⁵⁴, a distorção da concorrência pode ser excluída *a priori*. Para os casos abrangidos pelo Regulamento *de minimis*, não é necessária a aprovação prévia da Comissão. Os Estados-Membros não têm sequer de informar a Comissão desse apoio público.
- (22) Os serviços prestados através de pontos de acesso à Internet sem fios criados em edifícios da administração pública para proporcionar acesso a serviços do setor público e informações aos cidadãos não podem falsear ou ameaçar falsear a concorrência em determinadas condições⁵⁵.

⁵³ Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* (JO L 352 de 24.12.2013, p. 1).

⁵⁴ Regulamento (UE) n.º 360/2012 da Comissão, de 25 de abril de 2012, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral (JO L 114 de 26.4.2012, p. 8).

⁵⁵ A atividade seria considerada não económica e, por conseguinte, não seria abrangida pelas regras em matéria de auxílios estatais se apenas fossem disponibilizados serviços públicos e conteúdos do setor público através dessas redes Wi-Fi (sítios Web do setor público e sítios Web de prestadores de serviços públicos), garantindo a livre acessibilidade dos serviços públicos em linha, que também estariam disponíveis gratuitamente fora de linha (tais como informações administrativas, administração pública em linha ou informações turísticas não comerciais). A fim de preservar o carácter não económico, os Estados-Membros não devem permitir a exploração comercial da nova rede para prestar serviços de banda larga a utilizadores residenciais ou empresariais, limitando assim os riscos de substituíbilidade ao acesso ilimitado em banda larga à Internet e reduzindo os riscos de distorção da concorrência em relação a terceiros que ofereçam conteúdos e/ou serviços semelhantes [Decisão C(2007) 2200 da Comissão, de 30 de maio de 2007, relativa ao processo NN24/2007 – República Checa – Rede sem fios municipal de Praga (JO C 141 de 26.6.2007, p. 2)]. Por exemplo, se a

ANEXO III - INTERVENÇÕES TÍPICAS DE APOIO À BANDA LARGA

- (1) Na sua prática decisória, a Comissão observou determinados mecanismos de financiamento recorrentes utilizados pelos Estados-Membros para promover a implantação da banda larga que constituem normalmente um auxílio estatal na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE, a menos que o financiamento seja realizado em condições de mercado, em conformidade com o princípio do investidor numa economia de mercado (ver anexo II). A lista apresentada seguidamente é ilustrativa e não exaustiva, dado que as autoridades públicas podem criar diversas formas de apoio à implantação da banda larga ou desviar-se dos modelos descritos.
- (2) Modelo de financiamento do défice: no modelo de financiamento do défice, o Estado-Membro apoia a implantação de redes fixas ou móveis, financiando o défice entre o que é comercialmente viável e o objetivo que a entidade que concede o auxílio pretende alcançar⁵⁶. O Estado-Membro⁵⁷ concede subvenções monetárias diretas ou subsídios a investidores na banda larga⁵⁸ para a conceção, construção, gestão e exploração comercial de uma rede, tendo em conta as receitas obtidas e um lucro razoável. No modelo de financiamento do défice, o lucro razoável é determinado como a taxa de rendibilidade do capital que seria exigida por um investidor, tendo em consideração o nível de risco específico do setor da banda larga e o tipo de serviços prestados. A taxa de rendibilidade do capital exigida é normalmente calculada com base no custo médio ponderado do capital («CMPC»). A fim de determinar o que constitui um lucro razoável, os Estados-Membros podem adotar critérios de incentivo relacionados, em especial, com a qualidade do serviço prestado e com ganhos de eficiência produtiva. Estes ganhos não devem ser obtidos à custa de uma redução da qualidade do serviço prestado. As eventuais recompensas associadas a ganhos de eficiência produtiva devem ser fixadas a um nível que permita uma partilha equilibrada entre o investidor na banda larga e o Estado-Membro e/ou os utilizadores. De acordo com o modelo de financiamento do défice, a infraestrutura construída é inteiramente detida pelo beneficiário do auxílio que suporta os riscos associados à construção da nova infraestrutura e à atração de clientes suficientes.
- (3) Apoios em espécie: neste caso, os Estados-Membros apoiam a implantação de banda larga fixa ou móvel, colocando infraestruturas existentes ou recém-construídas à disposição dos operadores de comunicações eletrónicas. Esse apoio pode assumir muitas formas, mas uma das mais frequentes consiste em os Estados-Membros fornecerem infraestruturas passivas de banda larga através da realização de obras de engenharia civil (por exemplo, obras em rodovias), instalando condutas ou fibra escura ou concedendo acesso a infraestruturas existentes (por exemplo, condutas, postes ou torres).
- (4) Modelo de investimento direto: no modelo de investimento direto, o Estado-Membro constrói uma rede fixa ou móvel e explora-a diretamente através de um organismo

⁵⁶ «Financiamento do défice» refere-se à diferença entre os custos de investimento e os lucros previstos durante o tempo de vida da rede.

⁵⁷ Ou outra autoridade pública que conceda o auxílio.

⁵⁸ O termo «investidores» designa as empresas ou os operadores de redes de comunicações eletrónicas que investem na construção e na implantação de infraestruturas de banda larga.

público ou de um operador público⁵⁹. A rede financiada pelo Estado é frequentemente explorada como uma rede exclusivamente grossista, com vista a disponibilizá-la aos prestadores retalhistas de serviços de banda larga numa base não discriminatória.

- (5) Modelo do concessionário: no modelo do concessionário, o Estado-Membro financia a implantação de uma rede de comunicações eletrónicas de banda larga fixa ou móvel, que continua a ser propriedade do Estado, mas cuja exploração é oferecida, mediante um procedimento de seleção concorrencial, a um fornecedor de comunicações eletrónicas que fica encarregado de a gerir e explorar. A rede pode ser gerida por um operador de comunicações eletrónicas para prestar apenas serviços grossistas ou, em alternativa, para prestar serviços tanto grossistas como retalhistas.

⁵⁹ Decisão C(2011) 7285 final da Comissão, de 19 de outubro de 2011, relativa ao processo N 330/2010 – França – Programa nacional para a banda larga de muito alta velocidade («Programme national Très Haut Débit» - Volet B) (JO C 364 de 14.12.2011, p. 2), que abrangeu diversas modalidades de intervenção, nomeadamente uma em que as coletividades territoriais podem explorar as suas próprias redes de banda larga por meio de uma entidade pública («régie»).

ANEXO IV — INFORMAÇÕES A PUBLICAR PELOS ESTADOS-MEMBROS EM CONFORMIDADE COM AS OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

As informações sobre os auxílios individuais concedidos, referidas no ponto 202, alínea b), das orientações, devem incluir os seguintes elementos⁶⁰:

— Identidade do beneficiário individual do auxílio

— nome

— identificador do beneficiário do auxílio

— Tipo de beneficiário do auxílio no momento do pedido:

— PME

— grande empresa

— Região em que está situado o beneficiário do auxílio, ao nível NUTS II ou inferior

— Principal setor ou atividade do beneficiário do auxílio para o auxílio em causa, identificado pelo grupo da NACE (código numérico de três dígitos)⁶¹

— Elemento de auxílio, expresso em montante total na moeda nacional. No que respeita a regimes sob a forma de benefício fiscal, as informações sobre os montantes de auxílio individual⁶² podem ser facultadas nos seguintes intervalos (em milhões de EUR):

— [0,1-0,5];

— [0,5-1];

— [1-2];

— [2-5];

— [5-10];

— [10-30];

— [30-60];

— [60-100];

— [100 e mais].

— Se for diferente do elemento de auxílio, o montante nominal do auxílio, expresso em montante total na moeda nacional⁶³

⁶⁰ Com exceção dos segredos comerciais e de outras informações confidenciais em casos devidamente justificados e sob reserva de acordo da Comissão [Comunicação da Comissão relativa ao sigilo profissional nas decisões em matéria de auxílios estatais, C(2003) 4582 (JO C 297 de 9.12.2003, p. 6)].

⁶¹ Regulamento (CE) n.º 1893/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece a nomenclatura estatística das atividades económicas da NACE Revisão 2 e que altera o Regulamento (CEE) n.º 3037/90, assim como certos regulamentos CE relativos a domínios estatísticos específicos (JO L 393 de 30.12.2006, p. 1).

⁶² O montante a publicar é o benefício fiscal máximo permitido e não o montante deduzido por ano (por exemplo, no âmbito do crédito fiscal, deve publicar-se o crédito fiscal máximo permitido e não o montante real, que poderá depender dos créditos tributáveis e variar de ano para ano).

⁶³ Equivalente-subvenção bruto ou, se for caso disso, o montante do investimento. No que respeita aos auxílios ao funcionamento, pode ser fornecido o montante anual de auxílio por beneficiário do auxílio. No caso dos regimes fiscais, este montante pode ser comunicado nos intervalos estabelecidos no ponto 139. O montante a publicar é o benefício fiscal máximo permitido e não o montante deduzido por ano (por

— Instrumento de auxílio⁶⁴:

- subvenção/bonificação de juros/anulação de dívida
- empréstimo/adiantamentos reembolsáveis/subvenção reembolsável
- garantia
- benefício fiscal ou isenção fiscal
- financiamento de risco
- outros (especificar)
- data de concessão e data de publicação
- objetivo do auxílio

— Identidade da(s) autoridade(s) que concede(m) o auxílio

— Se for caso disso, nome da entidade mandatada e nomes dos intermediários financeiros selecionados

— Referência da medida de auxílio, tal como indicado na decisão aprovada ao abrigo das presentes orientações

exemplo, no âmbito do crédito fiscal, deve publicar-se o crédito fiscal máximo permitido e não o montante real, que poderá depender dos créditos tributáveis e variar de ano para ano).

⁶⁴ Se o auxílio for concedido através de múltiplos instrumentos de auxílio, o montante do auxílio tem de ser especificado por instrumento.

ANEXO V — INFORMAÇÕES A FORNECER PELOS ESTADOS-MEMBROS NOS TERMOS DAS OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

O relatório referido no ponto 208 das orientações deve incluir, no que respeita ao período de referência em causa, informações sobre cada projeto individual executado em aplicação de uma medida de auxílio aprovada ao abrigo das presentes orientações:

- Nome do(s) beneficiário(s) do auxílio
- O custo total (ou custo total estimado) do projeto e o custo médio por instalações servidas (definidas de acordo com o anexo I, ponto 10)
- Montante do auxílio concedido e despesas do auxílio
- Intensidade de auxílio
- Fontes de financiamento público
- As taxas de cobertura antes e depois da intervenção do Estado (em termos absolutos e percentuais);
- No que respeita aos projetos de apoio à implantação de infraestruturas de comunicações eletrónicas:
 - Data de entrada em funcionamento da infraestrutura;
 - Tecnologia implantada na infraestrutura financiada pelo Estado;
 - Velocidades mínimas e médias (de carregamento e de descarregamento) dos serviços prestados;
 - Produtos de acesso grossista oferecidos, incluindo condições de acesso e preços/metodologia de fixação de preços. Produtos de acesso grossista solicitados mediante pedido razoável e tratamento desses pedidos;
 - Número de requerentes de acesso e prestadores de serviços que utilizam o acesso grossista;
 - Número de famílias e empresas servidas que beneficiaram de financiamento do Estado.
 - Taxas de utilização
- No que respeita aos projetos de apoio à adoção de serviços de comunicações eletrónicas, tais como vales:
 - Duração da medida de auxílio;
 - Valor do vale;
 - Subscrições/serviços apoiados, incluindo apoio a dispositivos do cliente ou à instalação de cabos no edifício e/ou de cabo descendente num domínio privado;
 - Taxas de utilização e número de utilizadores finais que beneficiaram da medida de auxílio (por categoria, p. ex., utilizadores finais individuais, PME, e por tipo de subscrições/serviços apoiados);

- Número de prestadores de serviços de banda larga elegíveis;
- Número de prestadores de serviços de banda larga que beneficiaram efetivamente da medida de auxílio;
- A evolução da posição de mercado dos operadores por tipo de subscrições/serviços apoiados, tendo em conta as infraestruturas e tecnologias relevantes (ou seja, FTTH, FTTC, DOCSIS, FWA, etc.);
- Preços grossistas e retalhistas antes e depois da aplicação da medida.